

FONTES PARA O ESTUDO DA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Esta notícia chama a atenção para três fontes de estudo em geografia rural: o «Cadastro da Propriedade Rústica», a «Carta Agrícola e Florestal» e a «Carta de Capacidade de Uso do Solo». Sem dúvida que os três documentos são de carácter distinto. Mesmo assim, não nos pareceu descabido reuni-los numa nota em conjunto.

1 — O CADASTRO GEOMÉTRICO DA PROPRIEDADE RÚSTICA (1)

O cadastro geométrico, um empreendimento do Instituto Geográfico e Cadastral, veio corresponder a uma necessidade de reconhecimento da tributação fiscal. O registo cadastral dos *prédios e parcelas* fornece elementos seguros sobre o estado da ocupação, forma de utilização e apropriação do solo — base da avaliação fiscal — e irá substituir as imprecisas e desactualizadas matrizes cadastrais que ainda vigoram nos concelhos não submetidos a regime de cadastro, como acontece na maior parte do Norte de Portugal. O objectivo fiscal foi o mais urgente, mas não foi o único. Compreende-se que, dados os encargos que tal empreendimento representa, o levantamento cadastral procurasse aplicações mais vastas. A «planta topográfica», base do cadastro, as escalas que se estabeleceram adequadas para o levantamento cadastral de todo o País, a tarefa de sucessiva actualização ou «conservação» do cadastro inserem-se num reconhecimento pormenorizado da estrutura predial e num âmbito mais vasto da cartografia do País.

A) *A situação actual do Cadastro.* — O estado actual do cadastro em Portugal continental encontra-se na figura 1. Anteriormente a 1944, o levantamento orientou-se segundo uma certa dispersão, dispersão essa que corresponde intencionalmente à urgência ditada pela própria estrutura das regiões cartografadas. Compreende-se a necessidade de cadastrar, para fins de contribuição, as áreas de média e grande propriedade — Estremadura e Alentejo (levantamento na escala de 1:5000). Planos de desenvolvimento económico exigiram o cadastro concelhio de Castelo Branco e Mogadouro, aquele levantado nas escalas de 1:2000 e de 1:5000, conforme as áreas, este na escala de 1:2500. O Instituto do Vinho do Porto manifestou também interesse pelo cadastro do concelho de Lamego (escala de 1:2500), o único da bacia do Douro até hoje efectuado.

Foi sobretudo a partir de 1944 que se verificou um incremento contínuo e rápido. Progrediu o cadastro dos concelhos alentejanos; para o levantamento dos concelhos da «área de Lisboa» (Cascais, Oeiras, Loures, Vila Franca de Xira e Sintra) o processo tradicional de pran-

(1) Os elementos para a elaboração desta notícia foram extraídos do *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. IV, 1960, e JOAQUIM MARQUES TAPUM, *A Potencialidade e os Méritos do Cadastro Geométrico*, 1969. Muito agradeço todas as informações que me foram fornecidas na Secção Cadastral do Instituto Geográfico e Cadastral e possibilidade da consulta de várias folhas cadastrais e ficheiros.

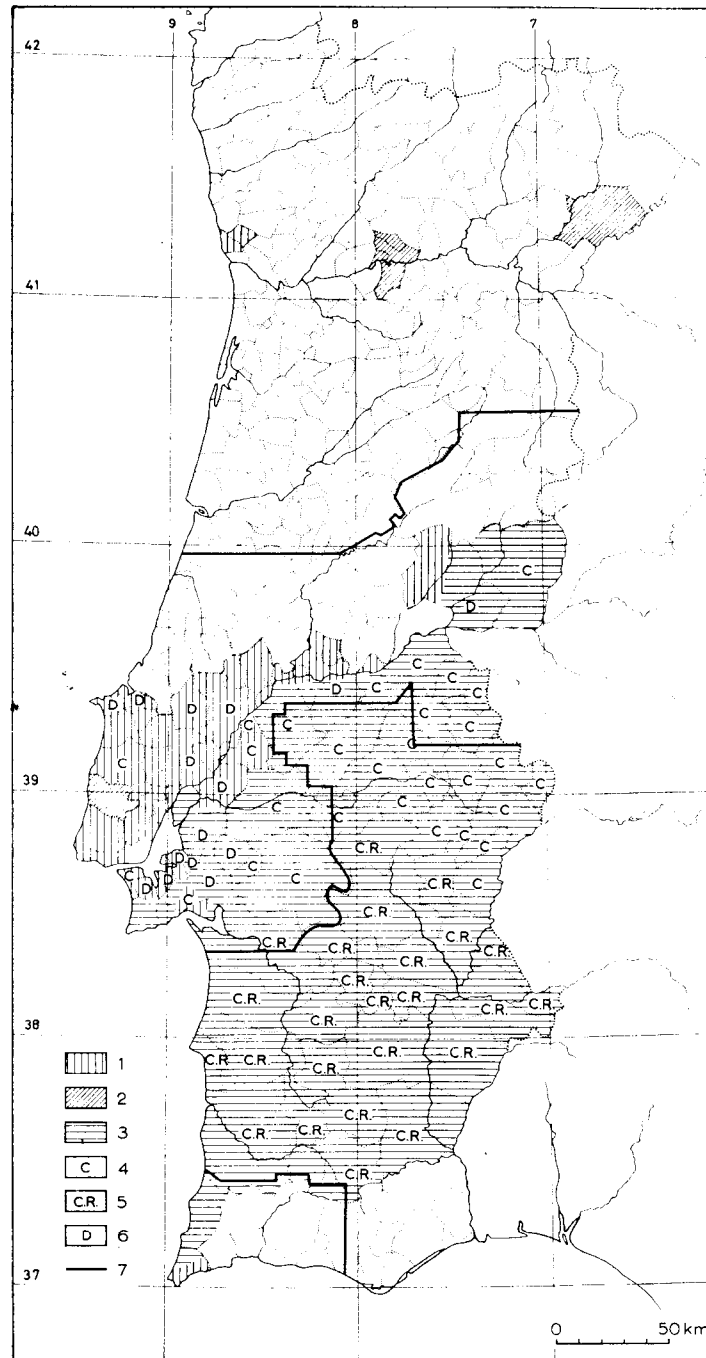


Fig. 1 — Estado dos trabalhos cadastrais. 1 — Planta na escala de 1/2000; 2 — *idem* de 1/2500; 3 — *idem* de 1/5000; 4 — concelho em regime de cadastro; 5 — concelho em regime de cadastro revisto; 6 — concelho com distribuição parcelar feita; 7 — área coberta pela fotografia aérea para efeitos cadastrais: áreas do Tejo e do extremo ocidental do Algarve.

cheta era inadequado; o pormenor de representação de uma área urbana, uma das grandes direcções de expansão da cidade de Lisboa, exigiu o processo fotogramétrico; a par da maior eficiência na representação veio permitir a actualização cartográfica de uma região de evolução rápida. Em áreas rurais de denso arvoredo, o processo fotogramétrico foi também utilizado: para o levantamento de parte dos concelhos de Évora, Alcácer do Sal, Castelo Branco e Idanha, e totalidade dos de Barrancos e Montemor-o-Novo (na escala de 1:5000). A partir de 1958, o processo fotogramétrico tornou-se corrente e a área abrangida pela fotografia aérea é considerável, como se pode verificar na figura 1.

B) A base da planta cadastral é uma «planta topográfica» de grande escala (escalas de 1:5000, 1:2000 e 1:2500, respectivamente para os concelhos alentejanos, a «área de Lisboa» e de Trás-os-Montes). A representação da altimetria é minuciosa: curvas de nível equidistantes de 5 m. Esta planta serviria de base, reduzida a escalas mais pequenas, para o levantamento cartográfico do País ou ainda para a elaboração de outros mapas temáticos.

Na folha da «planta topográfica» de base será marcado, por restituição, a partir da fotografia aérea, um primeiro esboço de prédios, e porventura de parcelas, tanto quanto a fotografia permite reconhecer. Só posteriormente o trabalho de campo virá a efectivar a delimitação de *parcelas*. O que são estas *parcelas de prédio* que irão figurar no registo cadastral definitivo? Por um processo necessariamente moroso, que não cabe aqui desenvolver, estabelece-se para cada freguesia um quadro de «qualificação e classificação» de parcelas. A classificação é relativa: é válida para a freguesia onde foi levado a cabo o estudo da ocupação do solo, inerente, portanto, às características de potencialidade e de utilização dentro da freguesia. A parcela do prédio com uma determinada ocupação cultural pode na realidade encontrar-se dividida em várias *parcelas*, atendendo à sua classe de produtividade. Portanto, a fragmentação de *parcelas* que figura no cadastro é mais complexa do que a que se vê no campo, precisamente porque obedece a dois critérios sobrepostos: uma distinção de qualidade cultural e uma distinção de classe de produtividade.

Sobrepondo à planta topográfica inicial as informações sobre a forma de utilização do solo, resultaria uma planta de parcelas e prédios da freguesia. Devido às suas dimensões, a leitura de tal planta não seria prática nem cómoda. É sempre preferível a análise por secções. Por isso, o cadastro de cada freguesia encontra-se dividido em *plantas parcelares*. Estas têm uma forma irregular, visto que abrangem uma série de prédios contíguos sem os intersectar, e não contêm a representação da altimetria. Compreende-se esta simplificação: ao documento cadastral para fins fiscais o pormenor das curvas de nível é inútil; a representação da altimetria consta apenas na planta topográfica original, base da cartografia do País. Nas plantas figuram os prédios seriados numericamente, as parcelas de cultura, indicadas com um

denominador comum que é o número do prédio, a sua discriminação cultural. Ao estudar o cadastro de uma freguesia, interessa-nos, portanto, consultar todas as suas plantas parcelares. Para cada concelho há um mapa de «junção», a uma escala pequena (1:100 000), onde figuram as folhas parcelares e os seus limites para as freguesias do concelho. A consulta da folha parcelar, onde está representada determinada área da freguesia, encontra-se assim facilitada.

Outro elemento de cadastro, complementar das *folhas parcelares*, é a descrição do prédio, ou a *ficha do prédio*. Nela se indica o distrito, concelho e freguesia em que se situa, secção cadastral em que aparece representado, o número de prédio e área, nome e residência do proprietário, se é usufrutuário ou utente, as parcelas que o prédio contém, com discriminação da qualidade cultural, classe, área ilíquida e árvores. Outras indicações da ficha: formas de exploração, tipo e regime de propriedade, direitos e encargos, outros co-proprietários. Indica também o número de proprietário que lhe corresponde na freguesia. Isto é muito importante porque nos permite relacionar com a *ficha de proprietário* de um outro ficheiro. Na *ficha de proprietário* se indica o nome e residência, número de prédios de que é proprietário, secção cadastral em que figuram. O número do proprietário designado nesta ficha é o mesmo que consta em todas as fichas dos prédios do outro ficheiro (o de prédios), a que nos referimos anteriormente.

As informações contidas na planta cadastral e no ficheiro permitirão avaliar a contribuição predial, devida pelo proprietário, e o imposto de indústria agrícola sobre o lucro da exploração, devida por aquele que a explora. As produções e rendimentos serão avaliados com base nas áreas das parcelas «qualificadas e classificadas» e em função de quadros de tarifas.

C) *Actualização do cadastro*.— A medida que progride o levantamento cadastral dos concelhos do Continente, procede-se à actualização dos cadastros já existentes. A revisão vem revelar alterações: divisão do prédio ou valorização de culturas, entre os casos mais banais. No primeiro caso, é adicionada uma ficha de cor diferente com breve indicação do prédio suprimido, a localização na secção, os prédios a que deu origem. A ficha anterior é substituída pelas fichas dos novos prédios divisos. No caso de o prédio passar a ser ocupado por outra cultura, o mesmo acontece: uma nova ficha actualizada vem substituir a anterior. Ora, as antigas fichas não são inutilizadas e vão constituir um ficheiro à parte. Dispõe-se assim de elementos para o estudo do sentido da evolução das estruturas da agricultura: renovação de culturas e dinâmica de alteração dos quadros de distribuição predial e de propriedade, os três aspectos intimamente ligados.

D) *As escalas estabelecidas para o levantamento cadastral*.— Disse-se que o cadastro geométrico, para além de reconhecer a propriedade rústica e a sua contribuição fiscal, obedecia a um objectivo mais amplo da cartografia: carta geral do País em grande escala,

com base nas folhas da planta topográfica a que nos referimos. Seria também um documento minucioso, seguro e actualizado, que pudesse servir de base a planeamentos futuros de desenvolvimento económico e remodelação do regime de propriedade (o emparcelamento, por exemplo).

Atendendo a estes dois objectivos complementares, as escalas de levantamento cadastral dos concelhos do País deviam ser não muito variadas e, por outro lado, adequadas a reproduzir com clareza a distribuição predial. Tratava-se, portanto, de avaliar a possibilidade de representação das mais pequenas parcelas. Partiu-se da média da área cultivada pelo número de prédios de cada concelho e estabeleceram-se escalões de áreas de prédios muito pequenos e muito grandes. Assim se fixaram as escalas de 1:10 000 (ainda não utilizada) para as áreas montanhosas ou de dunas, sem aproveitamento agrícola, 1:5000 para as de propriedade pouco dividida, como a dos concelhos alentejanos e da Beira Baixa, e 1:2000 para as urbanas ou de cultura intensiva em pequena propriedade.

É precisamente nos concelhos do centro do País que esta programação esbarra com dificuldades: a ocupação do solo é demasiado complexa, a distribuição predial muito heterogénea. Os prédios mais pequenos não teriam representação numa planta cadastral à escala de 1:5000. Por isso, à planta levantada nesta escala, apenas com indicação de prédios, adiciona-se outra, de escala maior (1:500, 1:1000 ou 1:2000), com a representação dos prédios mais pequenos e limites de parcelas. Assim aconteceu com Castelo Branco: o cadastro foi levantado nas escalas de 1:5000 e 1:2000, esta última utilizada para a representação das áreas de prédios e parcelas muito pequenas.

E) *O cadastro como fonte de documentação em geografia*.— O interesse do cadastro como fonte de estudo é muito amplo. Pode tratar-se de reunir os traços importantes da agricultura de uma área. São desta índole as monografias publicadas pelo Instituto Geográfico e Cadastral, monografias de concelhos⁽²⁾. Dão-nos uma descrição pormenorizada e precisa da ocupação e utilização do solo ao nível do concelho e dentro da freguesia. O grau de importância das culturas, segundo a área que ocupam e produção (por classes), o parcelamento e distribuição de propriedade (frequência do número de prédios e de propriedades por classes de grandeza) têm uma expressão estatística. O tipo de propriedade foi definido segundo o critério de rendimento colectável. Particularmente elucidativos acerca da estrutura da agricultura são os quadros que fecham a monografia: a importância das várias culturas, segundo a área absoluta e relativa, dentro dos vários tipos de propriedade.

⁽²⁾ *Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica*. Elementos de informação económica Instituto Geográfico e Cadastral. Estão publicadas as monografias dos seguintes concelhos: vol. I, Concelho de Beja (1959); vol. II, Concelho de Alvito (1959); vol. III, Concelho de Vila Viçosa (1963); vol. IV, Concelhos de Montemor-o-Novo e Vendas Novas (1964); vol. V, Concelho de Vila Franca de Xira (1966); vol. VI, Concelho de Campo Maior (1967); vol. VII, Concelho da Chamusca (1969).

A monografia permite-nos encarar as características da agricultura de uma área, chamar a atenção para traços essenciais explícitos com objectividade e precisão, reforçar hipóteses de trabalho.

Mas, para definir relações mais complexas, é o próprio manuseamento do cadastro que representa um recurso importante, evidentemente uma fonte paralela a outras ⁽³⁾.

Mesmo a análise de um aspecto específico, ou o estudo de um problema orientado, assenta sempre num profundo reconhecimento da região. Como *região* entendemos aqui estrutura original. Há um feixe de relações complexas com sentido e tempo de evolução que define uma área e é neste sentido que é original. Os elementos isolados não existem senão por pura abstracção, a fixidez de situações por necessidade de método de estudo. No estudo da estrutura da região está incluída a ponderação do contexto mais vasto em que a estrutura se insere, ou a falta de relativismo viciaria toda a tentativa de medida e de interpretação. É um estudo em várias escalas, respeitando, sem dúvida, o âmbito dessas mesmas escalas, mas admitindo-as numa compreensão dialéctica e não na análise de compartimentos estanques. Isto corresponde à ambição de síntese. Para isso, passa-se por estados mais elementares do conhecimento, cercam-se problemas. E, neste sentido, o manuseamento do cadastro constitui um recurso importante para o estudo de relações posteriormente modificadas e corrigidas, através da crescente informação noutras fontes.

O manuseamento dos dois tipos de ficheiros — o de prédios e o de proprietários — e ainda o ficheiro-arquivo que documenta factos de evolução permitirá algumas conclusões sobre os quadros sociais da agricultura. É evidente que, como em qualquer fonte estatística, as margens de erro e limitações a que nos induzem são relativas, conforme a natureza das informações e a dimensão do campo de análise. É natural que, por exemplo, o cadastro não permita reconhecer as proporções de absentismo dos proprietários alentejanos.

Os quadros sociais são factor de dinamismo e iniciativa ou de esclerose. Estão na base dos problemas da agricultura. Se é certo que o cadastro não nos dá quaisquer informações acerca da categoria profissional dos proprietários, ele constitui, sem dúvida, uma sólida base de trabalho que pode guiar informação complementar noutras fontes.

Uma geografia humana e, portanto, social não se pode satisfazer com uma descrição global. Importa definir problemas essenciais que se alicerçam num reconhecimento estruturado da região. O cadastro constitui uma fonte importante de estudo a explorar criteriosamente. Como sempre, em qualquer fonte estatística, a sua utilização implica precauções de método e depende da hipótese de trabalho que guia a exploração de fontes. Só uma forte intuição dos problemas pode ajudar a procurar, através da estatística, uma justa dimensão dos mesmos.

⁽³⁾ O cadastro pode ser consultado na Secção de Finanças da sede do concelho ou na Secção Cadastral do Instituto Geográfico e Cadastral de Lisboa.

2 — A CARTA AGRÍCOLA E FLORESTAL

A *Carta Agrícola e Florestal*, empreendimento do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, dá-nos uma minuciosa cartografia da ocupação do solo. Até hoje, estão publicadas, na escala de 1:25 000, as folhas que cobrem a área a sul do Tejo (fig. 2).

Um mapa de aspecto atraente, não há dúvida que se realizou através de uma criteriosa metodologia. O levantamento cartográfico tem como base a fotografia aérea. Por um lado, evitou-se o acumular de representações desnecessárias que só prejudicariam a clareza de um documento cartográfico com um objectivo preciso. Figuram as curvas de nível equidistantes de 20 m, alguns pontos cotados, cursos de água, casas e povoações (nas plantas das cidades destacam-se claramente os veios que penetram na área rural), caminhos, limites de concelhos. Por outro lado, o processo gráfico concorreu para a grande clareza da representação: permite distinguir, à primeira vista, as características dominantes da agricultura e reproduzir a complexidade das formas de ocupação do solo.

A) *As grandes manchas de ocupação do solo.* — Estão representadas a cores e designadas por uma legenda de letras a negro. As cores luminosas utilizadas, que destacam mesmo as áreas mais pequenas, fazem salientar os traços essenciais da ocupação do solo no Alto e Baixo Alentejo. Com efeito, os tons têm um grande poder evocativo: o contraste do rosa-pálido das culturas arvenses de sequeiro com os tons pardos do sobreiro e azinheira; o verde-seco da oliveira que avizinha as povoações; o amarelo-vivo das charnecas incultas, distinto do amarelo-torrado do eucaliptal que cobre extensões das charnecas do litoral. Aos arvoredos mediterrâneos típicos, como o alfarrobal e amendoal, correspondem tons acinzentados, enquanto que outra gama de verde foi escolhida para as árvores como o carvalho e o pinheiro. A vinha atribui-se-lhe o roxo clássico. O azul evoca a presença de água nas salinas, sapais, viveiros e culturas de pomar, que se destacam nitidamente numa agricultura de sequeiro.

A legenda de letras a negro permite representar, sobreposta às manchas de cor, associações ou combinação com outras culturas. A distribuição *regular* de várias culturas (associação simples ou mosaico) é antes assinalada por faixas alternadas de cores diferentes.

B) *O estrato de culturas rente ao solo.* — Foram também assinaladas as culturas baixas, encobertas pelas manchas dominantes de ocupação do solo. As mesmas letras da legenda, não a negro, mas a *vermelho*, *azul* ou *siena*, indicam que o aproveitamento rente ao solo se fez, respectivamente, por culturas de sequeiro, regadio ou mato. Assim, por exemplo, o *Sb*, a negro, designa uma mancha homogénea de sobreiro do estrato superior. As mesmas letras *Sb*, a vermelho, indicam que o sobreiro cobre culturas arvenses (é o caso da associação característica do trigo com o montado de sobreiro). As letras *Sb*, a siena, explicitam que a cober-

tura rente ao solo é de mato. A mesma consociação é frequente com o olival e o montado de azinho.

Outro tipo de símbolos ponderam as letras da legenda, seja qual for a sua cor. Permitem qualificar as plantações de recentes ou decrépitas, assinalar a presença de outras culturas que não mereceram ser representadas, indicar a cultura dominante da associação. Reconhecem-se assim a cobertura recente de pinheiros nas charnecas do litoral alentejano, a implantação de eucaliptos, sobreirais novos no concelho de Alcácer do Sal, jovens oliveiras no concelho de Moura.

A *Carta Agrícola e Florestal* representa um precioso documento. É evidente a sua qualidade. A pormenorizada descrição permite-nos uma análise segura do estado de ocupação do solo. Esta análise poder-se-ia reduzir ao carácter de simples verificação de cartografia precisa, mas estática. Ora, mais do que isso, a inteligência da representação complexa é de forma a permitir interpretações do modo de *utilização do solo* e não apenas *um quadro de ocupação*. É isto que nos parece a principal qualidade de um mapa analítico no seu sentido mais preciso. Esta virtualidade deve-se sem dúvida à concepção sólida que presidiu à sua elaboração: houve uma criteriosa selecção de elementos a representar, concorrentes a uma síntese; o tratamento gráfico da informação obedeceu a uma sistemática de símbolos, de acordo com os vários tipos de factos, importância relativa e variável intensidade.

A *Carta Agrícola e Florestal* e o Cadastro são duas fontes complementares. Compreende-se porquê. Não basta a apreciação qualitativa e quantitativa da forma de ocupação do solo. Reduzir a isto o estudo da paisagem é cair numa abstracção. São os quadros sociais da agricultura, nas suas múltiplas relações, que nos interessam: as formas de propriedade e de exploração estão intimamente ligadas ao sentido de evolução das culturas. Contudo, esta linha de interpretação responde apenas a uma face do problema. E não basta. Há uma consideração de base que importa avaliar: até que ponto a forma actual da agricultura constitui um equilíbrio biológico relativo ou, antes, um acentuado desequilíbrio tendente para uma degradação irreversível? Ora, dispomos de um documento que pode ajudar a esclarecer-nos neste sentido: a *Carta de Capacidade de Uso do Solo*.

3 — A CARTA DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO

É um empreendimento do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, tal como a *Carta Agrícola e Florestal* e a *Carta de Solos*. Foi a *Carta de Solos* que serviu de base à elaboração da *Carta de Capacidade de Uso do Solo* (fig. 2). Ambas na mesma escala (1:50 000), a área coberta do Continente por aqueles dois tipos de mapas é, obviamente, a mesma.

É evidente que solos do mesmo tipo apresentam capacidade de uso diverso, porque os factores que nela intervêm são distintos.

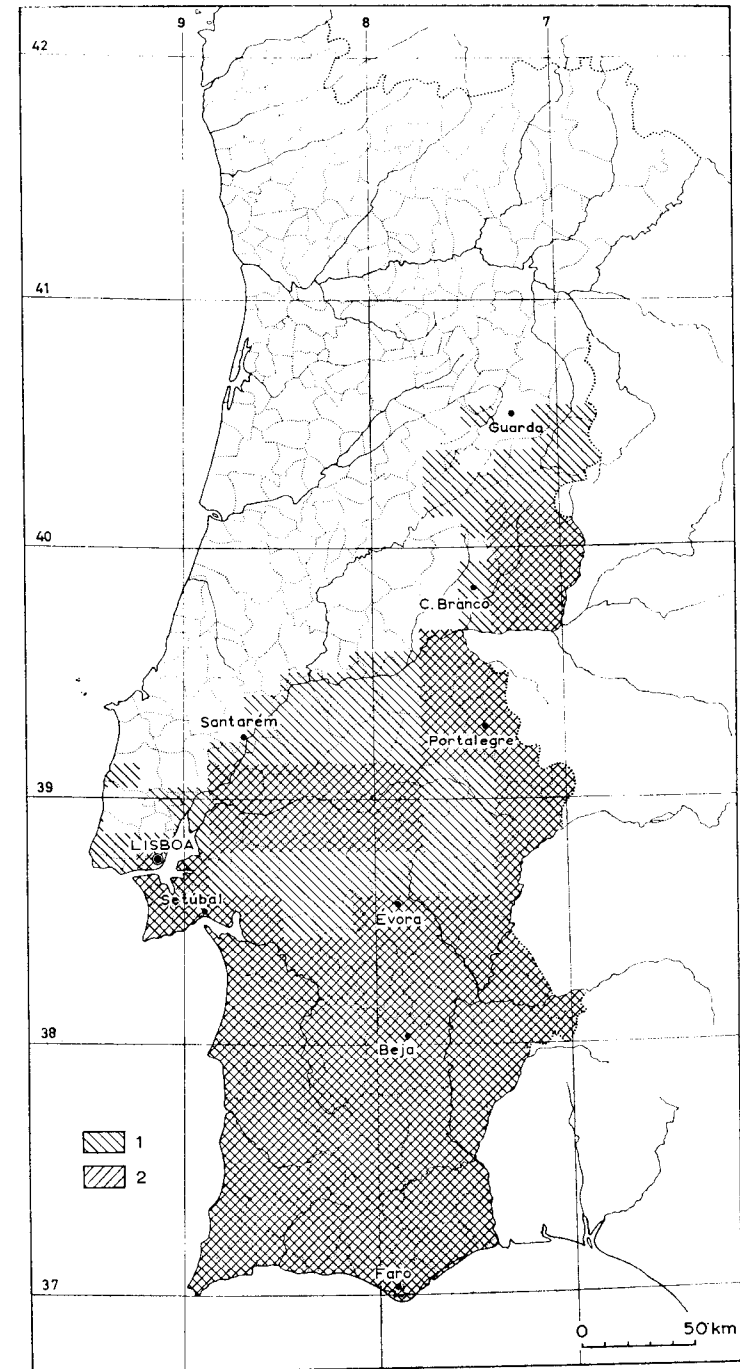


Fig. 2 — Superfícies cartografadas até fins de 1970. 1 — Carta Agrícola e Florestal (1:25 000); 2 — Carta dos Solos e Carta de Capacidade de Uso do Solo (1:50 000).

Consideraram-se os factores determinantes de limitações ou de riscos de utilização: natureza do solo (textura, estrutura, permeabilidade, capacidade de utilizar água, etc.), espessura, erosão, disponibilidade de água no solo, pedregosidade, afloramentos rochosos, presença de sais tóxicos, etc. A forma de utilização do solo é um factor importante da sua evolução. A ele se deu uma importância fundamental. Por um lado, ele está implícito nas características e qualidades actuais do solo. Por outro lado, o conceito de classe de capacidade de uso baseou-se num profundo reconhecimento *da forma actual de utilização do solo* e consequências de deteriorização.

Em conclusão: definiram-se as classes de capacidade de uso *A, B, C, D, E* com capacidades de utilização agrícola decrescentes de *A* para *E*. Para os solos da classe *A*, as limitações são mínimas ou quase nulas; elas são máximas para os solos da classe *E*.

A cada uma das classes foi atribuída uma cor distinta e o mapa oferece-nos uma representação nítida das várias manchas de capacidade de uso. Os solos representados pela mesma mancha de cor, ou seja, englobados na mesma classe, *são semelhantes pelo grau de limitações de utilização*. O contraste entre o mosaico de manchas verdes, rosa e azuis dos melhores solos, com as manchas amarelas dos solos mais desprovidos é flagrante. Os solos das classes *A, B, C* apresentam capacidade agrícola, os solos das classes *D, E* não têm capacidade agrícola mas, antes, florestal. Note-se que estes dois últimos tipos de solos são os mais frequentes no Alto e Baixo Alentejo e a eles correspondem montados e campos de trigo de uma agricultura extensiva subexplorada.

A consideração de classes não basta para reconhecer a profunda heterogeneidade dos solos segundo a sua capacidade de utilização. Por isso, as classes foram divididas em subclasses. Estas distinguem, dentro da classe, solos que, embora com capacidade de uso similar, são marcados, na evolução, pela preponderância de um factor de limitação: erosão e escorrimento superficial, excesso de água, deficiências na zona radicular. Assim, as classes *B, C, D, E* apresentam subclasses. Tal não acontece com a classe *A*, o que se compreende: as limitações que ela representa são tão pequenas ou nulas que não se reconhece um factor preponderante de limitação.

No estudo dos solos para utilização agrícola, um elemento importante a considerar é o relevo ou, melhor, os declives. Eles foram indicados no mapa de capacidade de uso. Algarismos de 1 a 6 referem classes de declive. Os algarismos permitiram anotar na mancha de capacidade de uso o declive ou declives presentes, com indicação da dominância. Este tipo de representação decepciona o geógrafo. Assenta numa caracterização de mancha, a compartimentação impede a ideia de conjunto, a leitura é confusa, a análise pouco sugestiva. Compreende-se o método seguido para a representação dos declives, dado que foi o critério de classe de capacidade de uso a base da cartografia. No entanto, o levantamento de um mapa de declives permitiria uma apreciação mais eficaz do relativismo dos declives, o que não deixaria de

ser importante, mesmo para a monótona peneplanície do Sul. Esse mapa de declives constituiria um documento distinto do da capacidade de uso do solc. Contudo, a consideração em conjunto, e não em justaposição dos dois mapas, não deixaria de permitir uma síntese frutuosa.

São as técnicas de utilização que aceleram o empobrecimento do solo ou permitem a valorização das suas potencialidades. Por isso a caracterização do solo, segundo a sua capacidade de uso, não é definitiva. Conforme a orientação económica da agricultura, assim a evolução dos solos será variável. Daqui se depreende como a análise da carta de capacidade de uso dos solos está intimamente ligada aos dois documentos anteriormente analisados. Representa uma ponderação de base que interessa à geografia para ajuizar do estado actual da agricultura, focar os seus problemas e perspectivas de organização.

Referimo-nos a três fontes de estudo em geografia rural. Não quisemos, de maneira nenhuma, com isto significar que o método consistiria em sobrepô-los. O trabalho seria infrutífero e não passaria de uma análise desconexa, sem nada a ver com a realidade. Mas a enunciação de problemas, que deriva de uma síntese orientada, tem que basear-se em documentos concretos, ao mesmo tempo que a crítica a essas fontes se inclui na atitude de trabalho. É neste sentido que os três documentos aqui analisados são de uma importância inestimável.

PAULA BORDALO LEMA